

“O PRINCÍPIO DO FIM”

Por Roberto Míleu

Foi a Reforma da PAC de 1992 !

Até aí, para a grande parte do que se produzia na Agricultura (Milho, Trigo, Centeio, Arroz, Carne, etc.) havia um PREÇO GARANTIDO.

Se o Agricultor não conseguisse escoar os seus produtos a preços superiores (em mercado livre) tinha, pelo menos, a certeza de que receberia aquele preço, chamasse-se ele Preço de Intervenção ou Preço de Garantia, de Desencadeamento ou de Retirada.

Mas, em 1992, por pressões da Organização Mundial do Comércio, do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), numa globalização que se desenhava e, por outro lado, com o acumular de excedentes (produtos que não encontravam escoamento no mercado normal, eram apresentados à Intervenção Comunitária e consumiam

uma boa parte do Orçamento Agrícola), resolveram os “cérebros” da Política Agrícola, reformar a PAC até aí em vigor.

E como ?

DESLIGANDO, parcialmente, as Ajudas da Produção.

E apareceram então as Ajudas à Superfície, por Cabeças de Gado, os Prémios à Extensificação, o Set-aside (receber por deixar as terras improdutivas), etc.

BAIXANDO os preços à produção, em nome da competitividade internacional para nivelar (por baixo) os preços europeus com os preços do mercado mundial.

COMPENSANDO os Agricultores por essas baixas de preços através de uma Ajuda, como se viu acima.





SÓ QUE essa Ajuda não era igual para todos os Agricultores !!! Mesmo sendo um dos objectivos DIMINUIR A PRODUÇÃO, a Ajuda por superfície, por exemplo, era muito maior (o dobro e o triplo) para um hectare Alemão, Francês, Belga, Dinamarquês, Inglês, do que para um hectare Português Ou seja, a tal Política Agrícola Comum começou a ser cada vez menos comum.

Durante um ano ou dois verificou-se, de facto, uma redução da produção e, por isso, uma diminuição dos excedentes e de despesas do Orçamento Agrícola nesse campo (FEOGA-Garantia).

Porém, depressa tudo voltou ao mesmo em termos de excedentes e armazenados.

Na prática os objectivos não foram atingidos, os Agricultores passaram a receber menos dinheiro por aquilo que produziam (e com os factores de produção – adubos, sementes, gasóleo, rações, oficinas – sempre a aumentar) e a opinião pública (contribuintes, tal como todos nós) começou a aperceber-se (e a comentar) das enormes verbas comunitárias que vinham para os Agricultores e para a Agricultura, algumas delas para PAGAR PARA NÃO PRODUZIR (recorda-se que foram pagos, em 2003, qualquer coisa como 1.580 milhões de euros – 310 milhões de contos – para manter mais de 6 milhões de hectares em POUSIO, dos quais 99.000 hectares em Portugal).



Em 1999 (na Agenda 2000), nova “Reforma da PAC”, com os defeitos da anterior e ainda com maiores pressões políticas e financeiras (as da Organização Mundial do Comércio/OMC, da Globalização e agora também com as questões ligadas ao ALARGAMENTO da União Europeia).

Mais uma BAIXA DE PREÇOS aos Produtores, desta vez apenas compensados PARCIALMENTE com algum aumento das Ajudas.

Pouco tempo passado, em 2003, (com o “modesto” nome de Revisão Intercalar), mais uma “Reforma da PAC” !

Desta vez com os objectivos ainda mais claros: DESLIGAR COMPLETAMENTE as Ajudas da Produção !!!

Pagar com base no “histórico”, (média dos recebimentos em 2000 – 2001 – 2002) e estabelecer “direitos por hectare”, apenas com o “dever” de manter as terras em boas condições agrícolas e ambientais !!!

Boas condições agrícolas e ambientais será, para uma exploração com 900 hectares, efectuar uma gradagem anual e receber, por isso, **14.000 euros por mês** (2.800 contos) sem a necessidade de semear um bago de Trigo.

A PRODUÇÃO, o EMPREGO, o TRABALHO das Oficinas, o COMÉRCIO de Adubos e Sementes, correm sério risco de ser trocados por um País em POUSSO permanente.

Com dinheiro de todos nós, contribuintes, **e até 2013 !!!**

Há uma MARGEM DE MANOBRA que permite ao Estado-Membro Portugal (tal como aos outros) optar por uma Implementação Regional e Facultativa,

mantendo ainda uma LIGAÇÃO PARCIAL à Produção, isto é, fazer depender os pagamentos da obrigação de produzir.

Isto tem que ser comunicado a Bruxelas até 1 de Agosto de 2004, mas, ao que parece, o Governo do Estado-Membro Portugal, já tomou a decisão: vai DESLIGAR COMPLETAMENTE as Ajudas da Produção no Sector das Arvenses !

Quer isto dizer que:

- 173.000 hectares de Milho Grão
- 158.000 hectares de Trigo Rijo
- 114.000 hectares de Aveia
- 53.000 hectares de Trigo Mole
- 47.000 hectares de Centeio e Cevada
- 46.000 hectares de Sorgo e Triticale, passarão a constituir um “histórico”, com direito “herdado” a receber, sem PRODUZIR, a um tanto por hectare e até 2013 !!!.



As consequências serão trágicas, quanto a nós.

Diminuição drástica da produção, mais importações, aumento do nosso déficit Agro-Alimentar, desemprego e abandono.

Perante isto, que futuro para a Agricultura Portuguesa, para os Agricultores, para o Mundo Rural e para o País ?



Debrucemo-nos sobre alguns aspectos destas políticas Agrícolas Comuns e destas “reformas”:

1 - O emprego agrícola diminuiu, entre 1993 e 2003, num total de 1.647 milhões de Unidades de Trabalho (UTA's) na União Europeia e 177.500 Unidades de Trabalho só em Portugal, tendo “desaparecido” 182.700 explorações, agrícolas no nosso País entre 1990 e 2000.

2 - O saldo (negativo) da nossa Balança Agro-Alimentar passou de 1.770 milhões de euros em 1992 para 2.695 milhões em 2002, ou seja, aumentou (agravando a nossa situação) em 925 milhões de euros (mais de 185 milhões de contos em 10 anos).

3 - A “evolução” da nossa Agricultura, entre 1993 e 2002 merece uma análise (e meditação) um pouco mais demorada:

3.1. Nos Cereais (sem arroz) a área semeada diminuiu 202.000 hectares, constatando-se uma estabilidade na área do Milho Grão, uma enorme redução de 188.000 hectares no Trigo Mole a que correspondeu um aumento quase igual a esta área no Trigo Duro.

Não serão alheios a este enorme “contraste” os muito maiores apoios ao Trigo Duro, que tem tido como consequência fazer-se Trigo Duro de “qualquer maneira” e em terrenos tecnicamente menos indicados, à cata do “subsídio”. Disso mesmo se queixam e com razão, os cerealicultores de verdade que cultivam como deve ser este Trigo e que são penalizados (por ultrapassagem dos 118.000 hectares de área garantida para Portugal) e vítimas de “rateio” que funcionam quando esta área é ultrapassada, reduzindo, proporcionalmente e para todos, o valor da Ajuda.

As produtividades (Kg/Ha) estão praticamente iguais no Trigo Mole e no Trigo Duro, tendo havido uma grande



evolução nas do Milho Grão, cuja produtividade aumentou 2.040 Kg/Ha, média nacional, neste período 1993 a 2002.

O grau de auto-suficiência no conjunto dos Cereais (sem Arroz), baixou de 38 para 26% no mesmo período, com as importações a passarem de 2,16 para 3,57 milhões de toneladas.

Com o desligar das ajudas da produção e a previsível baixa no que actualmente se produz, o futuro é o que se adivinha ...

3.2. No Arroz houve um aumento de área cultivada, que se estabilizou à volta dos 25.000 hectares, tendo-se verificado um acréscimo de produtividade (de 5.230 para 5.820 Kg/hectare).

3.3. Na Batata (que não pertence a nenhuma OCM/Organização Comum de Mercado), não tendo qualquer tipo de apoios comunitários (nem nacionais, o que seria possível se o Governo Português quisesse dar ajudas

nacionais), assistiu-se a uma significativa redução da área, de 88.000 para 53.000 hectares, com uma baixa na produção de 467.000 toneladas e na auto-suficiência que passou de 89 para 73%.

3.4. Os Frutos Frescos (sem citrinos) viram a sua área reduzida em 21.000 hectares e, apesar de ter havido um acréscimo de produtividade o nível de auto-suficiência desceu de 78 para 56%.

Os Citrinos têm mantido a área e não se aumentou nem diminuiu a auto-suficiência.

3.5. Profunda alteração se verificou no Sector da Vinha e do Vinho.

Um aumento enorme da produção de Vinho de Qualidade (VQPRD) que passou de 2,26 para 4,14 milhões de hectolitros com o grau de auto-suficiência a passar de 98 para 233%. Sendo uma coisa positiva (como se tem verificado pelo País) o assunto merece alguma reflexão e os problemas surgidos ultimamente, sobretudo em termos de

Adegas Cooperativas pode (e se calhar deve) merecer uma análise, de causas e efeitos ponderada e cuidadosa, não seja o caso de se estar a “matar a galinha dos ovos de ouro”...

Esta evolução nos Vinhos de Qualidade reflectiu-se, ao contrário, nos Vinhos de Mesa, onde a produção baixou 1,95 milhões de hectolitros e a auto-suficiência passou de 103 para 89%.

O “poder de compra e de consumo” não serão, entre outras coisas, alheios a esta realidade.

3.6. No Sector dos Produtos Hortícolas, havia já em 1993 um excedente no grau de auto-suficiência (114%) que se eleva, em 2002, a 146%, embora a área destinada se mantenha à volta dos 42.000 hectares.

Houve um acréscimo de produção e produtividades e o consumo estagnou.

É um sector que não tem ajudas comunitárias e que poderá vir a ter alguns problemas se as verbas para “receber sem produzir” forem, em termos de reconversão, canalizadas, em parte, para estas produções.

Será uma concorrência desleal para os produtores “tradicionais”, que sempre produziram sem apoios, a entrada de

novos “companheiros” que já trazem como segurança e retaguarda os direitos e valores do “histórico” noutras actividades.

O Tomate para indústria (não incluído neste sector dos sem apoios), tem a situação estabilizada, dentro dos condicionalismos impostos pela PAC

3.7. O Olival e o Azeite deveriam, em termos comunitários e nacionais, ser uma prioridade, uma estratégia e um sector a apoiar.

Em termos comunitários, porque na União Europeia se produzem 80% da Produção Mundial de Azeite e se consomem 72% do Azeite.

Em termos nacionais, porque é uma das actividades seculares, um sector decisivo no Mundo Rural Português e uma das potencialidades e realidades no que toca a Qualidade.

Acresce a isto, que o nosso País é deficitário (a média de produção 2000/01 – 2002/03 é de 29.100 toneladas e o consumo é de 61.000 toneladas sendo, por isso, deficitário em cerca de 32.000 toneladas).

A grande maioria (88%) dos produtores de azeitona produzem menos de 2.000 Kg por hectare e a produção de



Kg. de Azeite por árvore é de 0,82 em Portugal contra 3,51 em Espanha.

Por outro lado, na União Europeia, o saldo entre a produção e o consumo só é favorável em Espanha (474 mil toneladas) e na Grécia (118 mil toneladas).

Na reforma desta Organização Comum de Mercado (OCM) está previsto e proposto a DESLIGAMENTO, na prática total, das ajudas da produção.

Pela proposta, desde logo 60% passam a usufruir do tal “histórico”, ou seja, passam a ter direito a receber com base na média 2000 – 2001 – 2002, sem ter que colher um quilo de azeitona.

Os outros 40% do “histórico” ficarão dependentes da “manutenção” dos Olivais (igualmente sem ter que colher azeitona).

Se assim for, é, na prática, o DESLIGAMENTO TOTAL.

Resta saber o funcionamento (em Bruxelas) do Governo Português.

3.8. No que respeita à Carne de Bovino, apesar de uma subida enorme do número de Vacas Aleitantes (a que não são alheios o valor dos Prémios e os Prémios à Extensificação), mantém-se praticamente igual (menos 7 mil toneladas) a produção nacional e assistiu-se à descida do grau de auto-aprovisionamento, de 67 para 53%, importando-se, em média, 1.000 toneladas por semana.



3.9. Na Carne de Suíno, também estabilizada em termos de produção, baixou de 92 para 65% a nossa auto-suficiência, por razões de preços ao consumidor mais acessíveis do que o de outras carnes (e a que também não são alheios o nível de vida e o poder de compra).

3.10. A Carne de Aves (pelos mesmos motivos referidos no ponto anterior), teve uma subida de 94.000 toneladas e estamos praticamente ao nível da auto-suficiência plena.

3.11. Nos Ovinos e Caprinos a produção manteve-se nas 25.000 toneladas e a auto-suficiência roça, actualmente, os 69%.

3.12. O Sector do Leite registou, nos últimos anos, profundas alterações:

a) Mesmo sem qualquer Ajuda Directa à Produção verificaram-se melhorias na produtividade (Kg/Vaca) e aumentos significativos na Produção Nacional (de 1,4 para 1,9 milhões de toneladas).

b) Assistiu-se a uma concentração da produção, em certas faixas do litoral, com os problemas de intensificação excessiva e ambientais que todos conhecem.

c) Houve uma diminuição drástica no número de explorações (que chegaram a ser perto de 100.000 e são, actualmente, 18.883 incluindo a Região Autónoma dos Açores).

d) Houve um melhoria da qualidade e um acréscimo dos Kg de Leite por exploração.

A última “reforma da PAC”, em Setembro de 2003, incluiu o Leite no DESLIGAMENTO TOTAL da produção, isto é, com base no tal “histórico” os “Produtores” passarão a receber (neste caso e segundo parece só a partir de 2007), o total da Ajuda Compensatória (0,0355 euros/Kg. de Quota).

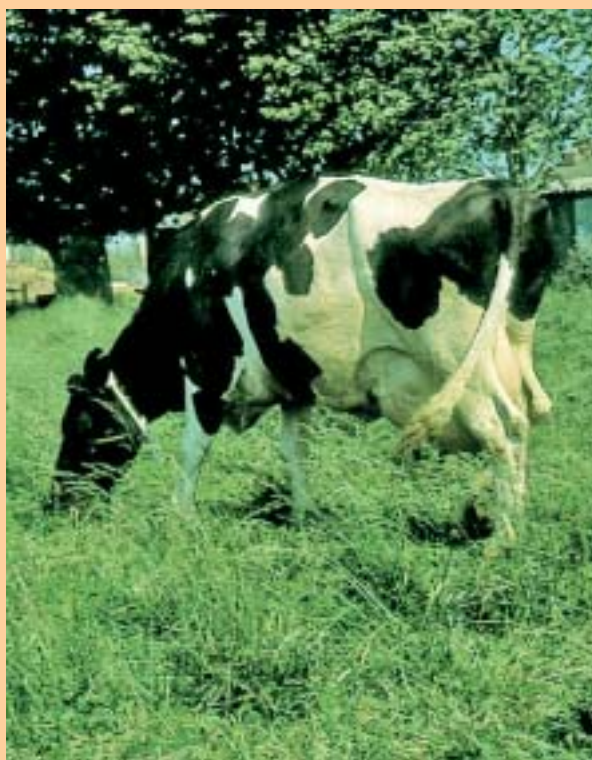
Sem obrigação de ordenhar uma Vaca nem produzir um litro de Leite.

Diga-se, em abono da verdade, que esta Ajuda Compensatória apenas cobriu 50% da previsível baixa de preços à produção.



De qualquer dos modos, a tática é a mesma:

RECEBER SEM OBRIGAÇÃO DE PRODUZIR, BAIXAR A PRODUÇÃO !!!



Abordada que foi a questão das Actividades Agrícolas, falemos agora dos AGRICULTORES Portugueses.

E, à semelhança do que fizemos até aqui, vejamos alguns números e indicadores:

1 – DIMENSÃO ECONÓMICA DAS EXPLORAÇÕES

Aparece medida em UDE's (Unidades de Dimensão Europeia) e as explorações são divididas em:

MP - (Muito Pequena)menos de 4 UDE
P - (Pequena) de 4 a 16 UDE
M - (Média) de 16 a 40 UDE
G - (Grande) de 40 a 100 UDE
MG - (Muito Grande)mais de 100 UDE

Cada UDE corresponde a uma Margem Bruta (Diferença entre as Receitas e os Gastos Directos) de 1.200 euros.

Como a Margem Bruta não é o LUCRO (faltaria ainda descontar os Encargos Fixos e os Gastos Gerais) pode-se, a partir destes valores, ter uma

noção e estabelecer algumas comparações.

Em Portugal, 91% das explorações são de Muito Pequena e Pequena Dimensão Económica, enquanto que na média europeia só 60% das explorações é que estão nestas duas categorias.

Acresce a isto que, no nosso País, 87% das explorações de Muito Pequena e Pequena Dimensão Económica (que são 285.830 explorações) têm uma Margem Bruta inferior a 8 UDEs.

2 – DENSIDADE POPULACIONAL

Existem zonas agrícolas e rurais com graves problemas de abandono e desertificação.

A título de exemplo diremos que, em habitantes por Km², há “territórios” com menos de 10 habitantes por Km², como sejam Martim Longo e Cachopo (no Algarve). Ourique/Almodôvar, Castro Verde/Mértola no Alentejo, Alfândega da Fé, Figueira de Castelo Rodrigo, Idanha e Pinhal Interior em Trás-os-Montes e na Beira Interior.



3 – NÍVEL ETÁRIO

A média de idades da População Agrícola é elevada, como comprova a percentagem de Agricultores com mais de 54 anos de que se evidenciam, com mais de 70% a terem idade superior a 54 anos no “território” de Vila do Bispo, Martim Longo, Lagoa, Lagos, Barrocal/Serra, Cachopa, Serra de Monchique, Várzea de Aljezur, Vila Real de Santo António, Abrantes/Tomar/Gavião, Beira Baixa, Pinhal Interior Sul, Idanha, Ferreira do Zêzere/Sertã, Ourém, Douro Superior Sul, Carrazeda de Ansiães, Cova da Beira, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Guarda/Sabugal, Almeida, Arganil/Góis/Pampilhosa, Ponte Sôr/Mora, Castelo de Vide/Alpalhão/Nisa e Serra de Portel.



4 – RENDIMENTOS E RESULTADOS

A realidade Portuguesa abarca diversas contradições, mesmo em termos comparativos com a União Europeia.

a) Zonas com Alto Rendimento do Trabalho e Baixa Produtividade da Terra, como sejam parte (grande) do Alentejo e algum Ribatejo e Beira Interior.

Onde existam explorações com grandes áreas, e, que empregam poucas pessoas;

b) Zonas com Alta Produtividade da Terra e Baixo Rendimento do Trabalho são as zonas onde predomina o mini-fúndio;

c) Zonas com Médio Rendimento de Trabalho e Alta Produtividade da Terra, zonas “híbridas” como o caso do Oeste.

De qualquer dos modos, comparativamente com a média da União Europeia o Rendimento do Trabalho, expresso através da MB/UTA (Margem Bruta por cada Unidade de Trabalho/ano) apresenta níveis superiores a 100 em alguns “territórios” do Alentejo enquanto que o Rendimento da Terra atinge valores mais elevados no binómio mini-fúndio/regadio, com saliência, por exemplo, para o Entre-Douro-e-Minho que, no conjunto da região obtém 266% da média nacional da MB/SAU (Margem Bruta por hectare).



COMO VAI SER O FUTURO ?

Com estas “reformas e mais reformas”, com todas estas comparações, o futuro apresenta-se com grandes interrogações.

Deixamos aqui algumas reflexões:

1- NO QUE RESPEITA AO DESLIGAMENTO DAS AJUDAS DA PRODUÇÃO

Encaramo-lo com grande preocupação (e discordância).

Passando a ter um “rendimento histórico garantido”, uma parte significativa da nossa produção – Cereais, Azeite e Leite vai “cair”.

Não nos podemos esquecer que as actuais ajudas foram estabelecidas para COMPENSAR os Agricultores pela baixa dos preços à produção. Sendo assim, e uma vez que até agora esse dinheiro servia para compensar a diferença entre o Custo da Produção - mais alto - e o Valor de Mercado dos Produtos - mais baixo -, com esta ajuda líquida, quem é

que vai continuar a investir e a trabalhar, sujeito ao tempo e intempéries, produzindo para vender abaixo do Custo de Produção se tem, ao seu dispor, a ajuda líquida sem obrigação de produzir?

2- RECONVERSÃO E DIVERSIFICAÇÃO

É curioso notar que (Governantes, sobretudo, e outros poucos) de concreto só apresentam como benéfico para o futuro a Reconversão e, nessa Reconversão, os novos 90.000 direitos para as Vacas Aleitantes.

Ter Vacas Aleitantes implica ter área (e não tão pouca como isso) e essa “grande vantagem” ficará restringida a 80 ou 100.000 hectares, num País com 3,8 milhões de hectares de SAU.

E no resto da SAU?

E os direitos para 60.000 hectares de regadio, trocados por igual área de Sequeiro na Agenda 2000?

E os 110.000 hectares de novos regadios do Alqueva?

E alguém vai fazer Frutas e Hortícolas em Sequeiro ?

E alguém vai plantar Olivais sem direito a ajudas à Produção ?

E quem se irá instalar na Agricultura com ajudas desligadas da Produção ? Com que garantias para o futuro ?

Restam algumas hipóteses – Produtos de Qualidade, Frutos de Casca Rija, Primores.

Resta, ainda, a esperança de que, havendo menos produção, quem continuar a produzir venderá os seus produtos mais caros (mas é preciso não esquecer a globalização e os grandes interesses dos multi e transnacionais).

Resta, ainda, a margem de progresso da Agricultura Biológica, dos Produtos Tradicionais e da Carne das Raças Autóctones.



Restará, finalmente, (e não é o menos importante) a força e a vontade de trabalhar da Agricultura Familiar para continuar a ir buscar, dentro da pouca margem de venda dos seus produtos, alguma compensação para o seu esforço e para o amor e dedicação que têm à terra que os viu nascer e crescer e onde gostariam de ver os seus filhos continuar.



Por tudo isto, o Governo Português deve (e ainda é tempo) utilizar a Margem de Manobra que tem para:

- ◆ Manter o máximo de ajudas ligadas à Produção;
- ◆ Definir políticas nacionais de apoio e incentivo à Agricultura Familiar (associativismo, concentração e escoamento da produção, controlo das importações, ajudas nacionais à Batata, regionalização e correcção de injustiças e desigualdades entre Agricultores, Produções e Apoios, etc.);
- ◆ Desburocratizar, tonar mais rápidas e eficientes as decisões relativas a projectos Agro, Agris, Ruris, etc..
- ◆ DESLIGAR O “COMPLICÓMETRO” que está instalado !

Antes que se torne realidade o “princípio do fim” da Agricultura Portuguesa e do Mundo Rural.

Fonte:

- Comissão Europeia
- Eurostat
- GPPAA